

SIGMUND

FREUD

OBRAS COMPLETAS VOLUME 16

O EU E O ID,
“AUTOBIOGRAFIA”
E OUTROS TEXTOS
(1923-1925)

TRADUÇÃO PAULO CÉSAR DE SOUZA

Copyright da tradução © 2011
by Paulo César Lima de Souza

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Os textos deste volume foram traduzidos de *Gesammelte Werke*, volumes I, XIII e XIV (Londres: Imago, 1952, 1940 e 1955). Os títulos originais estão na página inicial de cada texto. A outra edição alemã referida é *Studienausgabe* (Frankfurt: Fischer, 2000).

Capa e projeto gráfico
warrakloureiro

Imagens das pp. 3 e 4: obras da coleção pessoal de Freud
Jarro com Édipo e a Esfinge, Atenas, séc. IV a.C., 22,8cm
Retrato para uma múmia, Egito, período romano, séc. III, 34×23cm
Freud Museum, Londres

Preparação
Célia Euvaldo

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Revisão
Jane Pessoa
Luciana Baraldi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freud, Sigmund, 1856-1939.

Obras completas, volume 16 : O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925) / Sigmund Freud ; tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Título original: *Gesammelte Werke e Studienausgabe*
ISBN 978-85-359-1872-4

1. Freud, Sigmund, 1856-1939 2. Psicanálise 3. Psicologia 4. Psicoterapia
I. Título.

11-04070

CDD-150.1954

Índice para catálogo sistemático:

1. Freud: Sigmund, Obras completas: Psicologia analítica 150.1954

[2011]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

ESTA EDIÇÃO 9

O EU E O ID (1923) 13

I. CONSCIÊNCIA E INCONSCIENTE 14

II. O EU E O ID 22

III. O EU E O SUPER-EU (IDEAL DO EU) 34

IV. AS DUAS ESPÉCIES DE INSTINTOS 49

V. AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA DO EU 59

“AUTOBIOGRAFIA” (1925) 75

A ORGANIZAÇÃO GENITAL INFANTIL (1923) 168

NEUROSE E PSICOSE (1924) 176

O PROBLEMA ECONÔMICO DO MASOQUISMO (1924) 184

A DISSOLUÇÃO DO COMPLEXO DE ÉDIPO (1924) 203

**A PERDA DA REALIDADE NA NEUROSE
E NA PSICOSE (1924)** 214

RESUMO DA PSICANÁLISE (1924) 222

AS RESISTÊNCIAS À PSICANÁLISE (1925) 252

NOTA SOBRE O “BLOCO MÁGICO” (1925) 267

A NEGAÇÃO (1925) 275

**ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DA
DIFERENÇA ANATÔMICA ENTRE OS SEXOS (1925)** 283

**OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA
DA INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1923)** 300

ALGUNS COMPLEMENTOS À INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1925) 318

A. OS LIMITES DA INTERPRETABILIDADE 319

B. A RESPONSABILIDADE MORAL PELO CONTEÚDO DOS SONHOS 324

C. O SIGNIFICADO OCULTISTA DOS SONHOS 329

JOSEF POPPER-LYNKEUS E A TEORIA DOS SONHOS (1923) 335

PREFÁCIOS E TEXTOS BREVES (1923-1925) 340

PRÓLOGO A *RELATÓRIO SOBRE A POLICLÍNICA*

PSICANALÍTICA DE BERLIM, DE MAX EITINGON 341

CARTA A LUIS LÓPEZ-BALLESTEROS Y DE TORRES 342

CARTA A FRITZ WITTELS 343

DECLARAÇÃO SOBRE CHARCOT 346

PRÓLOGO A *JUVENTUDE ABANDONADA*,

DE AUGUST AICHHORN 347

JOSEF BREUER [1842-1925] 350

EXCERTO DE UMA CARTA SOBRE O JUDAÍSMO 353

MENSAGEM NA INAUGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE HEBRAICA 354

ÍNDICE REMISSIVO 356

O EU E O ID (1923)

TÍTULO ORIGINAL: *DAS ICH UND DAS ES*. PUBLICADO PRIMEIRAMENTE EM VOLUME AUTÔNOMO: LEIPZIG, VIENA E ZURIQUE: INTERNATIONALER PSYCHOANALYTISCHER VERLAG [EDITORA PSICANALÍTICA INTERNACIONAL], 1920, 77 PP. TRADUZIDO DE *GESAMMELTE WERKE* XIII, PP. 237-89; TAMBÉM SE ACHA EM *STUDIENAUSGABE* III, PP. 273-330.

Estas considerações retomam um curso de pensamentos que iniciei em *Além do princípio do prazer* (1920), pensamentos que eu próprio olhava com certa curiosidade benevola, como lá afirmei. Elas lhes dão prosseguimento, ligam-nos a diversos fatos da observação analítica, procuram deduzir novas conclusões a partir dessa relação, mas não fazem novos empréstimos à biologia, e por isso estão mais próximas da psicanálise do que aquela obra. Têm antes o caráter de uma síntese que de uma especulação, e parecem ter se colocado uma meta elevada. Mas sei que não ultrapassam o que é apenas aproximativo, e aceito inteiramente esse limite.

Ao mesmo tempo, tangenciam coisas que até agora não foram objeto da elaboração psicanalítica, e inevitavelmente tocam em algumas teorias que foram enunciadas por não analistas ou por ex-analistas, ao se afastarem da psicanálise. Sempre estive disposto a reconhecer as dívidas para com outros pesquisadores, mas neste caso sinto que não carrego tais dívidas. Se até agora a psicanálise não apreciou certas coisas, isto não aconteceu por ignorar-lhes os efeitos ou querer negar-lhes a importância, mas porque seguiu um caminho determinado, que ainda não tinha levado àquele ponto. E, por fim, chegando até ali, as coisas lhe aparecem também de forma distinta do que para os outros.

I. CONSCIÊNCIA E INCONSCIENTE

Nesta seção introdutória não há nada de novo a dizer, e

não há como evitar a repetição do que já foi dito antes com alguma frequência.

A diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa básica da psicanálise e o que a ela permite compreender e inscrever na ciência os processos patológicos da vida psíquica, tão frequentes e importantes. Dizendo-o mais uma vez e de outra forma: a psicanálise não pode pôr a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a ver a consciência como uma qualidade do psíquico, que pode juntar-se a outras qualidades ou estar ausente.

Se eu pudesse imaginar que todos os interessados em psicologia leriam este trabalho, esperaria que já neste ponto um bom número de leitores parasse e não seguisse adiante, pois aqui está o primeiro xibolete* da psicanálise. Para a maioria daqueles que têm cultura filosófica, é tão inapreensível a ideia de algo psíquico que não seja também consciente, que lhes parece absurda e refutável pela simples lógica. Acho que isto se deve ao fato de não terem jamais estudado os pertinentes fenômenos da hipnose e do sonho, que — sem considerar o dado patológico — obrigam a tal concepção. A sua psicologia da consciência é incapaz de resolver os problemas do sonho e da hipnose.

* “Xibolete. *s.m.*, sinal convencionado de identificação; senha. Do hebr. *shiboleth*, ‘espiga’, palavra através de cuja pronúncia os soldados de Jefté identificavam os efraimitas, que a articulavam como *siboleth*” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001). [As notas chamadas por asterisco e as interpolações às notas do autor, entre colchetes, são de autoria do tradutor. As notas do autor são sempre numeradas.]

“Estar consciente” é, em primeiro lugar, uma expressão puramente descritiva, que invoca a percepção imediata e segura. A experiência nos mostra, em seguida, que um elemento psíquico — por exemplo, uma ideia — normalmente não é consciente de forma duradoura. É típico, isto sim, que o estado de consciência passe com rapidez; uma ideia agora consciente não o é mais no instante seguinte, mas pode voltar a sê-lo em determinadas condições fáceis de se produzirem. Nesse intervalo ela era ou estava — não sabemos o quê. Podemos dizer que era *latente*, com isso querendo dizer que a todo momento era *capaz de tornar-se consciente*. Ou, se dissermos que era *inconsciente*, também forneceremos uma descrição correta. Este “inconsciente” coincide com “latente, capaz de consciência”. É certo que os filósofos objetariam: “Não, o termo ‘inconsciente’ não pode ser usado aqui; enquanto a ideia estava em estado de latência não era nada psíquico”. Se já os contradissemos neste ponto, cairíamos numa disputa puramente verbal, que a nada levaria.

Mas nós chegamos ao termo ou conceito de inconsciente por um outro caminho, elaborando experiências em que a *dinâmica* psíquica desempenha um papel. Aprendemos — isto é, tivemos de supor — que existem poderosos processos ou ideias psíquicas (e aqui entra em consideração, pela primeira vez, um fator quantitativo, e portanto econômico) que podem ter, na vida psíquica, todos os efeitos que têm as demais ideias, incluindo efeitos tais que por sua vez podem tornar-se conscientes como ideias, embora eles mesmos não se

tornem conscientes. Não é necessário repetirmos em detalhes o que já foi exposto com alguma frequência. Basta dizer que aqui aparece a teoria psicanalítica, afirmando que tais ideias não podem ser conscientes porque uma certa força se opõe a isto, que de outro modo elas poderiam tornar-se conscientes, e então se veria como elas se diferenciam pouco de outros elementos psíquicos reconhecidos. Essa teoria torna-se irrefutável por terem sido encontrados, na técnica psicanalítica, meios com cujo auxílio pode-se cancelar a força opositora e tornar conscientes as ideias em questão. Ao estado em que se achavam estas, antes de tornarem-se conscientes, denominamos *repressão*, e dizemos que durante o trabalho analítico sentimos como *resistência* a força que provocou e manteve a repressão.

Portanto, adquirimos nosso conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão. O reprimido é, para nós, o protótipo do que é inconsciente. Mas vemos que possuímos dois tipos de inconsciente: o que é latente, mas capaz de consciência, e o reprimido, que em si e sem dificuldades não é capaz de consciência. Esta nossa visão da dinâmica psíquica não pode deixar de influir na terminologia e na descrição. Ao que é latente, tão só descritivamente inconsciente, e não no sentido dinâmico, chamamos de *pré-consciente*; o termo *inconsciente* limitamos ao reprimido dinamicamente inconsciente, de modo que possuímos agora três termos, consciente (*cs*), pré-consciente (*pcs*) e inconsciente (*ics*), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O *Pcs*, supomos, está muito mais próximo ao *Cs* do que o *Ics*, e, como

qualificamos o *Ics* de psíquico, tampouco hesitaremos em qualificar o *Pcs* latente de psíquico.* Mas por que não permanecemos de acordo com os filósofos e coerentemente separamos tanto o *Pcs* como o *Ics* do psíquico consciente? Os filósofos então nos proporiam descrever o *Pcs* e o *Ics* como duas espécies ou dois estágios do *psicoide*, e se estabeleceria a concordância. Mas dificuldades sem fim apareceriam por conta disso na exposição, e o único fato importante, o de que esses estágios psicoides coincidem em quase todos os outros pontos com o que é reconhecidamente psíquico, seria empurrado para segundo plano, em favor de um preconceito vindo de um tempo em que ainda não se conheciam esses psicoides ou o que é mais importante neles.

Agora podemos comodamente empregar nossos três termos, *cs*, *pcs* e *ics*, mas não esquecendo que no sentido descritivo há apenas dois tipos de inconsciente, e no sentido dinâmico, apenas um. Para fins de exposição podemos, às vezes, negligenciar tal distinção, mas outras vezes ela é naturalmente indispensável. Em todo caso, já nos habituamos bastante a essa ambiguidade do inconsciente, e pudemos lidar bem com ela. Não é possível evitá-la, pelo que vejo; a diferenciação entre consciente e inconsciente é, afinal, uma questão de percepção, a que se deve responder com “sim” ou “não”, e o ato da percepção mesmo não informa por qual razão algo é

* Freud recorre a iniciais minúsculas para grafar *cs*, *pcs* e *ics* quando estes são adjetivos, e a maiúsculas quando são substantivos. A distinção é ignorada na edição *Standard* inglesa, que sempre utiliza iniciais maiúsculas.

percebido ou não. Não podemos nos queixar porque o dinâmico acha expressão apenas ambígua no fenômeno.¹

1 Compare-se, a propósito, as minhas “Observações sobre o conceito de inconsciente” (1912). Uma nova direção tomada pela crítica do inconsciente merece ser aqui apreciada. Alguns pesquisadores que não se furtam a reconhecer os fatos psicanalíticos, mas não querem admitir o inconsciente, buscam uma saída no fato incontroverso de que também a consciência — enquanto fenômeno — apresenta muitas gradações de intensidade ou nitidez. Assim como há processos que são conscientes de maneira muito viva, forte, tangível, também experimentamos outros que são conscientes de forma débil, quase imperceptível, e os mais debilmente conscientes seriam bem aqueles aos quais a psicanálise deseje aplicar o inadequado termo “inconsciente”. Mas eles seriam também conscientes ou estariam “na consciência”, e poderiam ser tornados conscientes de modo intenso e completo, se lhes fosse dada suficiente atenção.

Se for possível influir com argumentos na decisão de uma questão assim, que depende da convenção ou de fatores emocionais, as seguintes observações podem ser feitas. A referência a uma escala de nitidez da consciência nada tem de conclusivo e não possui maior força demonstrativa do que, digamos, estas proposições análogas: “Havendo tantas gradações de iluminação, da luz mais evidente e ofuscante ao mais fraco bruxuleio, não existe absolutamente escuridão”. Ou: “Há diversos graus de vitalidade, portanto não existe morte”. Estas afirmações podem, de certo modo, fazer sentido, mas são inadmissíveis na prática, como se constata ao fazermos certas inferências a partir delas; por exemplo: “Então não é preciso acender uma luz”, ou “Então todos os organismos são imortais”. Além do mais, ao subsumir o imperceptível no consciente, tudo o que obtemos é estragar a única certeza imediata que existe no psíquico. Uma consciência da qual nada se sabe parece-me bem mais absurda do que algo psíquico inconsciente. Por fim, uma tal equiparação do impercebido ao inconsciente foi claramente feita sem levar em conta as relações dinâmicas, que foram decisivas para a concepção psicanalítica. Pois há dois fatos que são aí negligenciados: primeiro, é muito difícil,

Mas no curso posterior do trabalho psicanalítico verifica-se que também essas diferenciações não bastam, são insuficientes na prática. Entre as situações que o demonstram, a seguinte sobressai como a decisiva. Formamos a ideia de uma organização coerente dos processos psíquicos na pessoa, e a denominamos o *Eu** da pessoa. A este Eu liga-se a consciência, ele domina os acessos à motilidade, ou seja: a descarga das excitações no mundo externo; é a instância psíquica que exerce o controle sobre todos os seus processos parciais, que à noite dorme e ainda então pratica a censura nos sonhos. Desse Eu partem igualmente as repressões através das quais certas tendências psíquicas devem ser excluídas não só da consciência, mas também dos outros modos de vigência e atividade. Na análise, o que foi posto de lado pela repressão se contrapõe ao Eu, e ela se defronta com a tarefa de abolir as resistências que o Eu manifesta em ocupar-se do reprimido. Ora, durante a análise observamos

requer um enorme esforço, dedicar suficiente atenção a algo assim impercebido; segundo, quando se consegue isto, o antes impercebido não é então reconhecido pela consciência, mas parece-lhe, com frequência, inteiramente desconhecido, a ela oposto, e é rudemente rejeitado. Portanto, recorrer ao pouco percebido ou não percebido, evitando o inconsciente, é apenas um derivado do preconceito que vê como estabelecida de uma vez por todas a identidade do psíquico com o consciente.

* Preferimos o pronome pessoal português para traduzir *das Ich*, acompanhando outras línguas latinas (o espanhol *yo*, o catalão *Jo*, o italiano *io*, o francês *moi*) e diferentemente da edição *Standard* inglesa, que, como se sabe, recorreu ao pronome latino, *ego*.

que o doente experimenta dificuldades quando lhe colocamos certas tarefas; suas associações falham quando devem aproximar-se do reprimido. Aí lhe dizemos que ele se acha sob o domínio de uma resistência, mas ele nada sabe disso, e mesmo que intua, por suas sensações de desprazer, que uma resistência atua nele então, não sabe dar-lhe nome ou descrevê-la. Mas como certamente essa resistência vem do seu Eu e a ele pertence, achamo-nos diante de uma situação imprevista. Encontramos no próprio Eu algo que é também inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido, isto é, exerce poderosos efeitos sem tornar-se consciente, e requer um trabalho especial para ser tornado consciente. Para a prática psicanalítica, a consequência dessa descoberta é que deparamos com inúmeras obscuridades e dificuldades, se mantemos a nossa habitual forma de expressão e, por exemplo, fazemos derivar a neurose de um conflito entre o consciente e o inconsciente. A partir da nossa compreensão das relações estruturais da vida psíquica, temos de substituir essa oposição por uma outra: aquela entre o Eu coerente e aquilo reprimido que dele se separou.²

As consequências para a nossa concepção do inconsciente são ainda mais significativas. A consideração dinâmica havia nos levado à primeira correção, a compreensão estrutural nos leva à segunda. Reconhecemos que o *Ics* não coincide com o reprimido; continua certo que todo reprimido é *ics*, mas nem todo *Ics* é também

2 Cf. *Além do princípio do prazer* [1920].

reprimido. Também uma parte do Eu — e sabe Deus quão importante é ela — pode ser *ics*, é certamente *ics*. E esse *Ics* do Eu não é latente no sentido do *Pcs*, senão não poderia ser ativado sem tornar-se *cs*, e torná-lo consciente não ofereceria dificuldades tão grandes. Se nos vemos assim obrigados a instituir um terceiro *Ics*, um não reprimido, temos de conceder que a característica da inconsciência perde alguma importância para nós. Torna-se uma qualidade ambígua, que não autoriza as conclusões abrangentes e inevitáveis para as quais desejaríamos utilizá-la. Mas não devemos negligenciá-la, pois a qualidade de ser consciente ou não é, afinal, a única luz na escuridão da psicologia das profundezas.

II. O EU E O ID

A investigação patológica fez o nosso interesse dirigir-se muito exclusivamente para o reprimido. Gostaríamos de saber mais sobre o Eu, depois que aprendemos que também o Eu pode ser inconsciente no verdadeiro sentido da palavra. Nosso único ponto de apoio, em nossas pesquisas, foi até o momento o traço distintivo de ser consciente ou inconsciente; e afinal percebemos quão ambíguo pode ser ele.

De modo que todo o nosso conhecimento está sempre ligado à consciência. Também o *Ics* só podemos conhecer ao torná-lo consciente. Porém, alto lá, como é possível isto? Que significa tornar algo consciente? Como pode isto suceder?